

|   |                 |
|---|-----------------|
| Prova de Títulos                              | Pontuação Total |
| Formação Acadêmica e Experiência Profissional | 10,0            |
| TOTAL GLOBAL                                  | 180,0           |

502 A 506 - ANALISTA DE REGULAÇÃO

| Provas                                      | Disciplinas  | Total de Questões | Peso | Total de Pontos | Pontuação Total | Pontuação Mínima Total Exigida (60%)* |
|---|--|-------------------|------|-----------------|-----------------|---------------------------------------|
| Prova Objetiva<br>Conhecimentos Gerais      | Língua Portuguesa  | 10                | 1    | 10,0            | 30,0            | -                                     |
|   | Noções de Informática  | 05                | 1    | 5,0             |                 |                                       |
|   | Raciocínio Lógico  | 05                | 1    | 5,0             |                 |                                       |
|   | Conhecimentos sobre o Estado de Sergipe  | 10                | 1    | 10,0            |                 |                                       |
| Prova Objetiva<br>Conhecimentos Específicos | Legislações específicas: Legislação e Organização da Agreste; LC 33/1996; Lei 8.429/1992 (Improbidade); Lei 8.987/1995 (Concessão) | 40                | 2    | 80,0            | 140,0           | -                                     |
|   | Conhecimentos específicos da graduação   | 30                | 2    | 60,0            |                 |                                       |
| Pontuação Total                             |  | 100               | -    | -               | 170,0           | 102,0                                 |
| Prova Discursiva                            | Enunciado no âmbito do cargo pretendido, envolvendo Estado de Sergipe com (quatro respostas discursivas, valendo 10,0 pontos cada) | 04                | 10   | 40,0            | 40,0            | 24,0                                  |
| Total                                       |  | 104               | -    | -               | 210,0           | -                                     |

\*Conforme item 10.1.1, alínea "a", o candidato não deverá zerar nenhuma disciplina.

\*Conforme item 10.1.1, alínea "b", o candidato não deverá zerar nenhuma das quatro questões.

|   |                 |
|---|-----------------|
| Prova de Títulos                              | Pontuação Total |
| Formação Acadêmica e Experiência Profissional | 10,0            |
| TOTAL GLOBAL                                  | 220,0           |

ANEXO IV  
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

501 - ANALISTA ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

**1. Leitura, análise e interpretação de texto.** 1.1 Elementos de sentido do texto: sentido global de um texto, dos principais tópicos e da coerência e progressão semântica; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto. 1.2 Estrutura semântica e estilística: relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia); conotação (sentido figurado) e denotação (sentido literal); relações coesivas e semânticas entre orações, períodos ou parágrafos, indicadas pelos vários tipos de expressões conectivas. 1.3 Elementos de estruturação textual: tipos e gêneros textuais; estratégias argumentativas; 1.4 Linguagem: adequação da linguagem; linguagem verbal e não verbal; variação linguística: diversidade de usos da língua.

**2. Conhecimentos linguísticos relativos ao sistema ortográfico em vigor:** 2.1 Emprego de letras, acentuação, questões notacionais da língua; emprego de hífen. 2.2 Sinais de pontuação: empregos e efeitos de sentido.

**3. Aspectos morfológicos:** 3.1 Classes de palavras: estrutura e formação de palavras; identificação e emprego. 3.2 Flexão nominal e verbal das classes de palavras: padrões regulares e formas irregulares. 3.3 Morfologia do verbo: tempos, modos e vozes verbais.

**4. Morfossintaxe.** 4.1 A oração e termos: relações sintático-semânticas entre os termos na oração. 4.2 Sintaxe de colocação: colocação dos pronomes oblíquos átonos. 4.3 Regência: nominal e verbal; uso da crase. 4.4 Concordância: nominal e verbal. 4.5 O período e sua construção: período simples e período composto; sintaxe do período composto: processos, formas e sentidos de coordenação e subordinação e as relações lógico-semânticas.

**Observação:** os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o foco da participação na estruturação significativa dos textos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**1. Ambiente operacional WINDOWS (\*):** Fundamentos do *Windows*: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do *Windows*: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; *Windows Explorer*. **2. Processadores de textos WORD e Writer (\*\*):** Área de trabalho, barra de ferramentas, botões e menus; formatação de documentos: recursos de margens, tabulação, recuo e espaçamento horizontal, espaçamento vertical, fontes, destaques, negrito, sublinhado, itálico, subscrito, sobrescrito etc.; organização do texto em listas e colunas; tabelas; estilos e modelos; cabeçalhos e rodapés; configuração de página; seções do documento; índices; inserção, posicionamento e formatação de objetos. **3. Redes de Computadores e Internet (\*\*):** *Intranet*, *extranet* e *Internet*; correio eletrônico: clientes de correio eletrônico, servidores de correio eletrônico, mensagem eletrônica e cabeçalhos, filtros de *e-mail*, listas de correio eletrônico e spam; *World Wide Web*: navegadores, mecanismos de busca, URLs, *cookies*. **4. Conceitos de proteção e segurança:** Mecanismos de autenticação e autorização para acesso a recursos de rede e serviços; certificação digital; criptografia simétrica e assimétrica; *malwares*: tipos, ataques, ameaças e formas de proteção; *firewall*; protocolos *Internet* seguros; segurança em redes sem fio.

(\*) Será tomada como base a versão do *Windows* em português, com as características do *Windows 10* ou superior, na versão *pro*.

(\*\*) Serão tomadas como base as versões do *Microsoft-WORD*, *Microsoft-EXCEL*, *LibreOffice Writer*, *LibreOffice Calc*, em português, com as características a partir das suítes de escritório *Microsoft Office 2016* e *LibreOffice 4.4*.

(\*\*\*) Serão tomados como base os recursos mais gerais e comuns das versões atuais dos navegadores *Internet Explorer* (versão 11 e atualizações), *Firefox* (versão 67 e atualizações) e *Chrome* (versão 76 e atualizações) e, para correio eletrônico, recursos a partir do *Microsoft Outlook 2016* e do *Microsoft Outlook Web App* do *Exchange Server 2016*, ferramentas e interfaces de *webmail*.

RACIOCÍNIO LÓGICO

**1. Estruturas lógicas.** **2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.** **3. Lógica sentencial (ou proposicional).** 3.1. Proposições simples e compostas. 3.2. Tabelas - verdade. 3.3. Equivalências. 3.4. Leis De Morgan. 3.5. Diagramas lógicos. **4. Lógica de primeira ordem.** **5. Princípios de contagem e probabilidade.** **7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.**

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

**1.** Índios em Sergipe. **2.** Processo de ocupação e povoamento do território sergipano. **3.** Economias fundadoras. **4.** Regiões geoeconômicas. **5.** Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana. **6.** Sergipe nas sucessivas fases da República Brasileira. **7.** Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação). **8.** Dinâmica populacional. **9.** Rede urbana e organização do espaço. **10.** Formação metropolitana de Aracaju. **11.** Política, sociedade e economia no Sergipe contemporâneo. **12.** Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social. **13.** Formação e expressão da cultura sergipana. **14.** Educação em Sergipe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

**1. Estado, governo e administração pública.** 1.1. Conceitos. 1.2. Elementos. **2. Direito administrativo.** 2.1. Conceito. 2.2. Objeto. 2.3. Fontes. **3. Ato administrativo.** 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2. Extinção do ato administrativo. 3.2.1. Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3. Decadência administrativa. **4. Agentes públicos.** 4.1. Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2. Disposições doutrinárias. 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Espécies. 4.2.3. Cargo, emprego e função pública. 4.2.4. Provimento. 4.2.5. Vacância. 4.2.6. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7. Remuneração. 4.2.8. Direitos e deveres. 4.2.9. Responsabilidade. 4.2.10. Processo administrativo disciplinar. **5. Poderes da administração pública.** 5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2. Uso e abuso do poder. **6. Regime jurídico-administrativo.** 6.1. Conceito. 6.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública. **7. Responsabilidade civil do Estado.** 7.1. Evolução histórica. 7.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.2.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2.2. Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.5. Reparação do dano. 7.6. Direito de regresso. **8. Serviços públicos.** 8.1. Conceito. 8.2. Elementos constitutivos. 8.3. Formas de prestação e meios de execução. 8.4. Delegação. 8.4.1. Concessão, permissão e autorização. 8.5. Classificação. 8.6. Princípios. **9. Organização administrativa.** 9.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 9.2. Administração direta e indireta. 9.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.4. Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.4.1. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. **10. Controle da administração pública.** 10.1. Controle exercido pela administração pública. 10.2. Controle judicial. 10.3. Controle legislativo. 10.4. Improbidade administrativa. 10.4.1. Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações. **11. Processo administrativo.** 11.1. Lei Complementar Estadual nº 33/1996 e alterações. **12. Licitações e contratos administrativos.** 12.1. Legislação pertinente. 12.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. 12.1.2. Decreto nº 11.462/2023 e alterações (sistema de registro de preços). 12.2. Fundamentos constitucionais. 12.3. Elaboração e fiscalização de contratos. 12.4. Elaboração de projetos básicos para contratação de bens e serviços. 12.5. Critérios de remuneração por esforço versus produto. 12.6. Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 12.7. Papel do fiscalizador do contrato. 12.8. Acompanhamento da execução contratual. 12.9. Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

DIREITO FINANCEIRO

**1. Sistema Constitucional Financeiro.** 1.1 A constitucionalização do Direito Financeiro. 1.2 Competências. 1.3 Princípios. 1.4 Definição. 1.5 Autonomia. 1.6 Objeto do Direito Financeiro. 1.7 Conceito de atividade financeira do Estado. **2. Fontes do Direito Financeiro.** 2.1 A Constituição financeira. 2.1 O papel das leis complementares em matéria financeira. 2.3 A lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e alterações. 2.4 Lei nº. 4.320, de 1964 e alterações. 2.5 Constituição da República de 1988 e alterações. 2.5.1 Das finanças públicas (artigos 163 a 164 - A). 2.5.2 Dos Orçamentos (artigos 165 a 169). Dos princípios da atividade econômica (artigos 170 a 181). **3. Federalismo fiscal.** 3.1 Discriminação constitucional de rendas. 3.2 As competências financeiras no federalismo cooperativo. 3.3 Competências tributárias. 3.4 Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais. 3.5 Autonomia financeira das unidades do federalismo. **4. As leis orçamentárias.** 4.1 O Plano Plurianual (PPA). 4.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). 4.3 A Lei de Orçamento Anual (LOA). 4.4 Formação do orçamento. 4.5 Procedimentos e prazos. 4.6 Efeitos e aplicação das leis orçamentárias. 4.7 O princípio de flexibilidade orçamentária. **5. Orçamento público.** 5.1 Conceito. 5.2 Natureza jurídica. 5.3 Regime constitucional do orçamento público. 5.4 Princípios orçamentários. 5.5 O planejamento público nas leis orçamentárias. 5.6 Tipos orçamentários. **6. Receitas Públicas.** 6.1 Conceito. 6.2 Classificação. 6.3 Receita tributária: impostos, taxas, e contribuições. 6.4 Conceito de sistema tributário. 6.5 Receitas não tributárias. 6.6 Receitas patrimoniais e preços públicos. 6.7 Fiscalidade, extra fiscalidade e para-fiscalidade. **7. Despesas ou gastos públicos.** 7.1 Conceito. 7.2 Características. 7.3 Princípios. 7.4 Classificações. 7.5 Despesas decorrentes de contratos. 7.6 Despesas com pessoal e seus limites. 7.7 Despesas obrigatórias. 7.8 Precatórios. 7.9 Requisitos para despesa - destinação e finalidade. 7.10 Eficiência e qualidade do gasto público. 7.11 Limites das despesas. 7.12 Fases de implementação das despesas públicas. 7.13 Regime contábil das despesas. **8. Fundos públicos.** 8.1 Fundos Públicos Financeiros. 8.2 Tipos de Fundos. 8.3 Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM. **9. Crédito Público e Dívida pública.** 9.1 Conceito de endividamento público. 9.2 Operações de crédito: natureza jurídica, conceitos e classificações. 9.3 Empréstimos e títulos da dívida. 9.4 Dívida interna e dívida externa. 9.5 Dívida pública e federalismo. 9.6 Endividamento e autonomia financeira dos entes federados: autonomia, garantias, contra garantias e vinculações de receitas.

9.7 Os limites do endividamento. **10. Fiscalização financeira e orçamentária.** 10.1 Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. 10.2 Legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e moralidade no gasto público. 10.3 Princípio da transparência fiscal. 10.4 Formas de controle interno e social dos gastos. 10.5 Tribunais de Contas. 10.6 Responsabilidade de agentes públicos. 10.7 Prestações de contas.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

**1. Direito Tributário.** 1.1 Conceito. 1.2 Autonomia. 1.3 Fontes. 1.4. Constituição da República de 1988 e alterações. 1.5 Sistema Tributário Nacional (artigos 145 a 149 - C). 1.6 Limitações do poder de tributar (artigos 150 a 152). 1.7 Impostos da União (artigos 153 a 154). 1.8 Impostos dos Estados e do Distrito Federal (artigo 155). 1.9 Impostos dos municípios (artigos 156 a 156-B). 1.10 Repartição das receitas tributárias (artigos 157 a 162). 1.11 Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e alterações. 1.12. Vigência e Aplicação da norma tributária. **2. Competência tributária.** 2.1 Conceito. 2.2 Classificação das competências tributárias. 2.3 Capacidade tributária. 2.4 Divisão de competências tributárias: Competência privativa, comum, concorrente, residual e extraordinária. **3. Princípios Constitucionais tributários.** 3.1 Estrita Legalidade. 3.2 Anterioridade. 3.3 Irretroatividade. 3.4 Isonomia. 3.5 Capacidade Contributiva. 3.6 Vedação de Efeitos Confiscatórios. **4. Espécies tributárias.** 4.1 Tributo. 4.2 Conceito. 4.3 Espécies. 4.4. Teoria dos tributos vinculados e não-vinculados. 4.5. As espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições especiais ou para-fiscais. **5. Obrigação Tributária.** 5.1. Conceito. 5.2. Causa. 5.3. Espécies: principal e acessória. 5.4 Fato Gerador. 5.5 Sujeito Ativo. 5.6 Sujeito Passivo. 5.7 Capacidade Tributária. 5.8 Responsabilidade Tributária. 5.9 Domicílio Tributário. 5.10 Incidência e não incidência. 5.11 Imunidade e Isenção. **6. Crédito Tributário.** 6.1 Natureza jurídica. 6.2. Constituição do crédito tributário. 6.3 Lançamento. 6.4. Modalidades de lançamento: direto, por declaração, por homologação. 6.5 Efeitos do lançamento e revisão. 6.6 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: conceito, efeito, causas (moratória, depósito integral, impugnações, recursos administrativos, liminares judiciais). 6.7 Extinção do crédito tributário: conceito, efeitos, hipóteses (pagamento, compensação, remissão, transação, decisões administrativas e judiciais, novação, dação em pagamento, adjudicação de bens penhorados, confusão). 6.8 Exclusão do Crédito Tributário. 6.9 Decadência e prescrição. **7. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário.** 7.1. Conceito. 7.2. Distinções. 7.3. Fraude à execução e fraude contra credores. 7.4. Preferências do crédito tributário. 7.5. O crédito tributário na falência e na concordata. **8. Administração do crédito tributário.** 8.1 Conceito. 8.2 Fiscalização. 8.3 O sigilo fiscal. 8.4 Dívida ativa: conceito, inscrição e certidão como título executivo extrajudicial. 8.5 Certidões negativas de débito. **9. Processo Administrativo Tributário.** 9.1 Consulta. 9.2 Impugnação. 9.3 Manifestação de inconformidade. 9.4 Recursos. 9.5 Prazos. 9.6 Arrolamento de bens.

#### LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

**1. Lei Estadual de Concessões nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, pelo Estado de Sergipe, e suas alterações:** 1.1 Regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos. 1.2 Serviço adequado. 1.3 Direitos e obrigações dos usuários. 1.4 Política Tarifária. 1.5 Licitação. 1.6 Contrato de Concessão. 1.7 Encargos do poder concedente e do concessionário. 1.8 Intervenção e extinção da concessão. **2. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e suas alterações:** 2.1 Serviço adequado. 2.2 Direitos e obrigações dos usuários. 2.3 Política Tarifária. 2.4 Licitação. 2.5 Contrato de Concessão. 2.6 Encargos do poder concedente e da concessionária. 2.7 Intervenção e extinção da concessão. **3. Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e suas alterações:** 3.1 Serviços de energia elétrica. 3.2 Reestruturação dos serviços públicos concedidos. **4. Lei nº 6.661, de 28 de agosto de 2009, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, Autarquia em Regime Especial, e suas alterações:** 4.1 Criação e natureza jurídica. 4.2. Finalidade. 4.3 Competência. 4.4 Estrutura organizacional básica. 4.5 Pessoal. 4.6 Patrimônio. 4.7 Recursos. 4.8 Princípios Básicos do Regime Financeiro. 4.9 Taxa de Fiscalização. **5. Lei Complementar nº 33, de 26 de dezembro de 1996, institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, e suas alterações:** 5.1 Administração Pública Estadual. 5.2 Princípios Gerais. 5.3 Estruturação administrativa dos poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas. 5.4 Técnicas de gestão. 5.5 Sistemas e atividades auxiliares. 5.6 Formas de atuação administrativa. 5.7 Bens Públicos. 5.8 Relações entre a administração e os administrados. 5.9 Relações entre a administração e os servidores públicos civis. 5.10 Relações da administração pública estadual com as administrações dos demais entes federados. **6. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de**

**improbidade administrativa (§ 4º do art. 37 da Constituição Federal) e suas alterações:** 6.1 Atos de Improbidade Administrativa. 6.2 Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito. 6.3 Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 6.4 Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública. 6.5 Penas e disposições penais. 6.7 Declaração de bens. 6.8 Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial. 6.9 Prescrição. **7. Decreto nº 30.942, de 28 de dezembro de 2017, homologa a Resolução nº 04, de 26 de janeiro de 2016, do Conselho Superior da Agrese, que aprovou o Regulamento Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - Agrese, e suas alterações.** 7.1 Natureza Jurídica. 7.2 Finalidade e objetivos. 7.3 Competências. 7.4 Estrutura organizacional. 7.5 Câmaras reguladoras. 7.6 Pessoal. 7.8 Penalidades e mediação. 7.9 Patrimônio e recursos. 7.10 Princípios básicos do regime financeiro. 7.11 Taxa de Fiscalização. **8. Decreto nº 41.006 de 05 de outubro de 2021 - Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual, e suas alterações:** 8.1 Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. 8.2 Princípios. 8.3 Diretrizes estratégicas. 8.4 Gestão. 8.5 Governança. 8.6 Programas de governança em privacidade. 8.7 Atendimento ao titular. 8.8 Registro das operações de tratamento, anonimização e compartilhamento de dados pessoais. **9. Decreto Estadual nº 60/2022 Homologa a Resolução nº 19/2022 do Conselho Superior da AGRESE que aprovou as Alterações no Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, e suas alterações.** 10. Decreto Estadual nº 88/2022 - Homologa Resolução 14/2022, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Superior da AGRESE, e suas alterações. 10.1 Direção e conselho superior. 10.2 Impedimentos e suspeição. 10.3 Recursos administrativos. **11. Decreto nº 546, de 29 de dezembro de 2023 - Homologa a Resolução nº 24, de 14 de novembro de 2023, do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, que aprovou as alterações no Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, e suas alterações.** 11.1 Serviços locais de gás canalizado e entidade reguladora. 11.2 Conceitos e terminologias, para os fins do disposto neste Regulamento. 11.3 Exclusividade dos serviços. 11.4 Garantias de atendimento ao mercado. 11.5 Uso do gás canalizado e da classificação dos usuários. 11.6 Fornecimento e penalidades. 11.7 Fiscalização e supervisão dos serviços a usuários 11.8 Condições para credenciamento de comercializador. 11.9 Custos e tarifas. 11.10 Responsabilidades. 11.11 Direitos e obrigações do concessionário e do usuário. 11.12 Encerramento das relações contratuais. **12. Instrução Normativa nº 001.2019, de 25 de maio de 2019, disciplina as sanções administrativas aplicáveis à Prestadora de Serviços Públicos de Fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em razão de infrações aos direitos dos usuários e/ou ao Regulamento Geral de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sergipe.** 12.1 Penalidades e graduações. **13. Instrução Normativa nº 002.2019 de 25 de maio de 2019, disciplina a Relação Comercial entre a prestadora e os Usuários beneficiados com os serviços de coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários, e suas alterações.** 13.1 Informações que deverão ser dadas pela prestadora de serviços públicos de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto aos responsáveis que serão beneficiados com o sistema público destinado a esse fim.

#### 502 A 506 - ANALISTA DE REGULAÇÃO

##### CONHECIMENTOS GERAIS

##### LÍNGUA PORTUGUESA

**1. Leitura, análise e interpretação de texto.** 1.1 Elementos de sentido do texto: sentido global de um texto, dos principais tópicos e da coerência e progressão semântica; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto. 1.2 Estrutura semântica e estilística: relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia); conotação (sentido figurado) e denotação (sentido literal); relações coesivas e semânticas entre orações, períodos ou parágrafos, indicadas pelos vários tipos de expressões conectivas. 1.3 Elementos de estruturação textual: tipos e gêneros textuais; estratégias argumentativas; 1.4 Linguagem: adequação da linguagem; linguagem verbal e não verbal; variação linguística: diversidade de usos da língua. **2. Conhecimentos linguísticos relativos ao sistema ortográfico em vigor:** 2.1 Emprego de letras, acentuação, questões notacionais da língua; emprego de hífen. 2.2 Sinais de pontuação: empregos e efeitos de sentido. **3. Aspectos morfológicos:** 3.1 Classes de palavras: estrutura e formação de palavras; identificação e emprego. 3.2 Flexão nominal e verbal das classes de palavras: padrões regulares e formas irregulares. 3.3 Morfologia do verbo: tempos, modos e vozes verbais. **4. Morfossintaxe.** 4.1 A oração e termos: relações sintático-semânticas entre os termos na oração. 4.2 Sintaxe de colocação: colocação dos pronomes oblíquos átonos. 4.3 Regência: nominal e verbal; uso da crase. 4.4 Concordância: nominal e verbal. 4.5 O período e sua construção: período simples e período composto; sintaxe do período composto: processos, formas e sentidos de

coordenação e subordinação e as relações lógico-semânticas.

**Observação:** os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o foco da participação na estruturação significativa dos textos.

#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**1. Ambiente operacional WINDOWS (\*):** Fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; *Windows Explorer*. **2. Processadores de textos WORD e Writer (\*\*):** Área de trabalho, barra de ferramentas, botões e menus; formatação de documentos: recursos de margens, tabulação, recuo e espaçamento horizontal, espaçamento vertical, fontes, destaques, negrito, sublinhado, itálico, subscrito, sobrescrito etc.; organização do texto em listas e colunas; tabelas; estilos e modelos; cabeçalhos e rodapés; configuração de página; seções do documento; índices; inserção, posicionamento e formatação de objetos. **3. Redes de Computadores e Internet (\*\*\*):** *Intranet, extranet e Internet*; correio eletrônico: clientes de correio eletrônico, servidores de correio eletrônico, mensagem eletrônica e cabeçalhos, filtros de *e-mail*, listas de correio eletrônico e spam; *World Wide Web*: navegadores, mecanismos de busca, URLs, *cookies*. **4. Conceitos de proteção e segurança:** Mecanismos de autenticação e autorização para acesso a recursos de rede e serviços; certificação digital; criptografia simétrica e assimétrica; *malwares*: tipos, ataques, ameaças e formas de proteção; *firewall*; protocolos *Internet* seguros; segurança em redes sem fio.

(\*) Será tomada como base a versão do Windows em português, com as características do Windows 10 ou superior, na versão *pro*.

(\*\*) Serão tomadas como base as versões do *Microsoft-WORD, Microsoft-EXCEL, LibreOffice Writer, LibreOffice Calc*, em português, com as características a partir das suítes de escritório *Microsoft Office 2016 e LibreOffice 4.4*.

(\*\*\*) Serão tomados como base os recursos mais gerais e comuns das versões atuais dos navegadores *Internet Explorer* (versão 11 e atualizações), *Firefox* (versão 67 e atualizações) e *Chrome* (versão 76 e atualizações) e, para correio eletrônico, recursos a partir do *Microsoft Outlook 2016* e do *Microsoft Outlook Web App* do *Exchange Server 2016*, ferramentas e interfaces de *webmail*.

#### RACIOCÍNIO LÓGICO

**1. Estruturas lógicas. 2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3. Lógica sentencial (ou proposicional).** 3.1. Proposições simples e compostas. 3.2. Tabelas - verdade. 3.3. Equivalências. 3.4. Leis De Morgan. 3.5. Diagramas lógicos. **4. Lógica de primeira ordem. 5. Princípios de contagem e probabilidade. 7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.**

#### CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

1. Índios em Sergipe. 2. Processo de ocupação e povoamento do território sergipano. 3. Economias fundadoras. 4. Regiões geoeconômicas. 5. Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana. 6. Sergipe nas sucessivas fases da República Brasileira. 7. Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação). 8. Dinâmica populacional. 9. Rede urbana e organização do espaço. 10. Formação metropolitana de Aracaju. 11. Política, sociedade e economia no Sergipe contemporâneo. 12. Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social. 13. Formação e expressão da cultura sergipana. 14. Educação em Sergipe.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

**1. Lei Estadual de Concessões nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, pelo Estado de Sergipe, e suas alterações:** 1.1 Regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos. 1.2 Serviço adequado. 1.3 Direitos e obrigações dos usuários. 1.4 Política Tarifária. 1.5 Licitação. 1.6 Contrato de Concessão. 1.7 Encargos do poder concedente e do concessionário. 1.8 Intervenção e extinção da concessão. **2. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e suas alterações:** 2.1 Serviço adequado. 2.2 Direitos e obrigações dos usuários. 2.3 Política Tarifária. 2.4 Licitação. 2.5 Contrato de Concessão. 2.6 Encargos do poder concedente e da concessionária. 2.7 Intervenção e extinção da concessão. **3. Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e suas**

**alterações:** 3.1 Serviços de energia elétrica. 3.2 Reestruturação dos serviços públicos concedidos. **4. Lei nº 6.661, de 28 de agosto de 2009, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, Autarquia em Regime Especial, e suas alterações:** 4.1 Criação e natureza jurídica. 4.2. Finalidade. 4.3 Competência. 4.4 Estrutura organizacional básica. 4.5 Pessoal. 4.6 Patrimônio. 4.7 Recursos. 4.8 Princípios Básicos do Regime Financeiro. 4.9 Taxa de Fiscalização. **5. Lei Complementar nº 33, de 26 de dezembro de 1996, institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, e suas alterações:** 5.1 Administração Pública Estadual. 5.2 Princípios Gerais. 5.3 Estruturação administrativa dos poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas. 5.4 Técnicas de gestão. 5.5 Sistemas e atividades auxiliares. 5.6 Formas de atuação administrativa. 5.7 Bens Públicos. 5.8 Relações entre a administração e os administrados. 5.9 Relações entre a administração e os servidores públicos civis. 5.10 Relações da administração pública estadual com as administrações dos demais entes federados. **6. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa (§ 4º do art. 37 da Constituição Federal) e suas alterações:** 6.1 Atos de Improbidade Administrativa. 6.2 Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito. 6.3 Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 6.4 Atos de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública. 6.5 Penas e disposições penais. 6.7 Declaração de bens. 6.8 Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial. 6.9 Prescrição. 7. Regulamento Geral dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Sergipe - Aprovado pela Resolução nº 06/2018 do Conselho Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto nº 30.955/2018. Alterados posteriormente pelas Resoluções nº 07 e 11 do Conselho Superior da AGRESE. 8. LGPD: 8.1. Lei nº 13.709/2018 - Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 8.2. **Decreto nº 41.006 de 05 de outubro de 2021 - Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual, e suas alterações:** 8.2.1. Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. 8.2.2 Princípios. 8.2.3 Diretrizes estratégicas. 8.2.4 Gestão. 8.2.5 Governança. 8.2.6 Programas de governança em privacidade. 8.2.7 Atendimento ao titular. 8.2.8 Registro das operações de tratamento, anonimização e compartilhamento de dados pessoais. **9. Decreto Estadual nº 60/2022 Homologa a Resolução nº 19/2022 do Conselho Superior da AGRESE que aprovou as Alterações no Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, e suas alterações.** **10. Decreto Estadual nº 88/2022 - Homologa Resolução 14/2022, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Superior da AGRESE, e suas alterações.** 10.1 Direção e conselho superior. 10.2 Impedimentos e suspeição. 10.3 Recursos administrativos. **11. Decreto nº 546, de 29 de dezembro de 2023 - Homologa a Resolução nº 24, de 14 de novembro de 2023, do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, que aprovou as alterações no Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, e suas alterações.** 11.1 Serviços locais de gás canalizado e entidade reguladora. 11.2 Conceitos e terminologias, para os fins do disposto neste Regulamento. 11.3 Exclusividade dos serviços. 11.4 Garantias de atendimento ao mercado. 11.5 Uso do gás canalizado e da classificação dos usuários. 11.6 Fornecimento e penalidades. 11.7 Fiscalização e supervisão dos serviços a usuários 11.8 Condições para credenciamento de comercializador. 11.9 Custos e tarifas. 11.10 Responsabilidades. 11.11 Direitos e obrigações do concessionário e do usuário. 11.12 Encerramento das relações contratuais. **12. Instrução Normativa nº 001.2019, de 25 de maio de 2019, disciplina as sanções administrativas aplicáveis à Prestadora de Serviços Públicos de Fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em razão de infrações aos direitos dos usuários e/ou ao Regulamento Geral de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sergipe.** 12.1 Penalidades e gradações. **13. Instrução Normativa nº 002.2019 de 25 de maio de 2019, disciplina a Relação Comercial entre a prestadora e os Usuários beneficiados com os serviços de coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários, e suas alterações.** 13.1 Informações que deverão ser dadas pela prestadora de serviços públicos de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto aos responsáveis que serão beneficiados com o sistema público destinado a esse fim. 14. Constituição Estadual de Sergipe. 15. Lei Estadual nº 9.156/2023 - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica da Administração Pública Estadual - Poder Executivo - Estado de Sergipe.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 502 - ANALISTA DE REGULAÇÃO - ENGENHARIA AMBIENTAL / SANITÁRIA

Fundamentos de tecnologia ambiental. Noções gerais de ecologia. Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Aspectos e impactos ambientais. Fluxos e balanços de massa e energia. Química ambiental. Poluição das águas. Parâmetros de qualidade das águas e de efluentes líquidos. Dispersão de poluentes no meio aquático. Tratamentos físicos, físico-químicos e biológicos. Gerenciamento de efluentes industriais e domésticos Poluição do ar. Parâmetros de qualidade do ar e de emissões atmosféricas. Dispersão de poluentes no ar. Remoção de material particulado,

de gases e vapores. Poluição do solo. Caracterização e uso do solo. Caracterização dos resíduos sólidos. Gerenciamento de resíduos sólidos. Conservação de ecossistemas aquáticos e terrestres. Manejo e proteção de biomas. Gestão de florestas públicas. Unidades de conservação. Licenciamento ambiental. Definições e fases do licenciamento. Levantamento e avaliação de impactos ambientais. Ferramentas de gestão ambiental. Proteção e controle da qualidade ambiental. Inspeção e monitoramento ambiental. Compras públicas sustentáveis. Legislação ambiental; Normas; Políticas públicas afeitas à regulação, gestão e ordenamento do uso e acesso aos recursos ambientais e melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais: NBR 10.004/2004 - Resíduos Sólidos - Classificação; Lei Federal nº 11.284, de 2 de março de 2006, e atualizações - Gestão de florestas públicas para a produção sustentável; Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e atualizações - Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e atualizações - Proteção da vegetação nativa; Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações - Política Nacional de Meio Ambiente; Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e atualizações - Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e atualizações - Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações - Política Nacional de Educação Ambiental; Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e atualizações - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Vigilância Sanitária: conceitos, funções, áreas de abrangência. Defesa sanitária animal, inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Resoluções CONAMA. Lei estadual nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Marco legal do saneamento básico. Lei estadual nº 5.857, de 22 de março de 2006 - Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e dá providências correlatas. Regulamento Geral dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Sergipe - Aprovado pela Resolução nº 06/2018 do Conselho Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto nº 30.955/2018. Alterados posteriormente pelas Resoluções nº 07 e 11 do Conselho Superior da AGRESE.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 503 - ANALISTA DE REGULAÇÃO - ENGENHARIA CIVIL

Normas técnicas para saneamento básico. Regulamentação dos serviços públicos de saneamento. Indicadores Técnicos e Econômico-Financeiros. Elaboração de pareceres técnicos. Mediação técnica em conflitos. Estudos regulatórios técnicos e financeiros. Monitoramento técnico e financeiro de serviços de saneamento. Processos de fiscalização. Regimes tarifários. Práticas tarifárias. Contabilidade regulatória. Análise financeira e análise de prestações de contas. Fiscalização e análise de contratos. Gerenciamento de processos administrativos de resolução de conflitos. Relacionamento institucional. Evolução tecnológica no setor de saneamento. Fiscalização da prestação de serviços de saneamento. Relatórios de treinamentos e comissões. Concreto Armado: Propriedades do concreto. Dimensionamento de elementos estruturais. Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Instalações elétricas. Elaboração de orçamentos. Planejamento de obras. Métodos construtivos para saneamento. Técnicas de manutenção e reabilitação de sistemas. Tipos de fundações. Muros de arrimo e contenções. Normas regulamentadoras. Segurança em canteiros de obras. Classificação e manejo de resíduos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Drenagem urbana. Controle de enchentes e inundações. Lei Federal nº 5.194/1966, e atualizações - Regulamentação do exercício da engenharia. Lei Federal nº 14.133/2021, e atualizações - Licitação e contratação. Lei Federal nº 11.445/2007, e atualizações - Saneamento básico. Lei estadual nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Marco legal do saneamento básico. Lei estadual nº 5.857, de 22 de março de 2006 - Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e dá providências correlatas. Regulamento Geral dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Sergipe - Aprovado pela Resolução nº 06/2018 do Conselho Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto nº 30.955/2018. Alterados posteriormente pelas Resoluções nº 07 e 11 do Conselho Superior da AGRESE.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 504 - ANALISTA DE REGULAÇÃO - ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS

Normas técnicas e regulamentos para serviços de gás canalizado. Prestação de serviços públicos de saneamento básico. Análise e estabelecimento de indicadores técnicos. Estudos técnicos e pareceres dos setores de petróleo e gás. Processos de mediação entre agentes do setor e consumidores. Monitoramento da prestação de serviços de distribuição de gás canalizado. Análise de contratos de fornecimento e prestação de serviços. Regimes tarifários. Práticas tarifárias. Fiscalização e análise de prestações de contas e demonstrativos financeiros e contábeis. Análise e acompanhamento de contratos de suprimento de gás. Comercialização de gás. Elaboração de relatórios de área de atuação. Treinamentos e comissões. Contato com entidades externas. Subsídio às decisões da diretoria. Realização de fiscalizações e visitas técnicas. Exploração e avaliação de bacias sedimentares. Análise de reservatórios de hidrocarbonetos. Métodos de recuperação secundária e terciária. Modelagem e simulação de reservatórios. Técnicas

de perfuração direcional. Controle de poços. Equipamentos de cabeça de poço. Sistemas de elevação e escoamento. Operações de produção *offshore* e *onshore*. Processos de refino de petróleo. Tratamento e processamento de gás natural. Mercado de energia. Comercialização de petróleo e derivados. Análise de risco e decisão. Lei Federal nº 9.478/1997, e atualizações - Política energética nacional - Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Lei Federal nº 14.134/2021, e atualizações - Atividades relativas ao gás natural. Regulamentações da ANP. Normas técnicas aplicáveis ao setor. Lei Federal nº 14.133/2021, e atualizações - Licitação e contratação. Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe - Decreto 30.352/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 546/2023.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 505 - ANALISTA DE REGULAÇÃO - ENGENHARIA ELÉTRICA

Circuitos Elétricos: Análise de circuitos AC e DC. Teoremas de circuitos elétricos. Eletrônica: Eletrônica analógica e digital. Eletrônica de potência. Máquinas Elétricas: Princípios de funcionamento de motores e geradores. Transformadores. Instalações Elétricas: Norma NBR 5410. Instalações elétricas prediais. Acionamentos Elétricos e Automação: Simbologia e diagrama de força e comando. SEP - Subestações: Curto-circuito e GTD. Sistema de Controle: Sinais, sistemas LIT e telecomunicações. NR10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Lei Federal nº 6.496/1977, e atualizações - Responsabilidade técnica. Lei Federal nº 5.194/1966, e atualizações - Regulamentação do exercício da engenharia. Lei Federal nº 14.133/2021, e atualizações - Licitação e contratação. Instrumentação e Medidas Elétricas: Sensores, instrumentos e terminologia. Normas técnicas para serviços de energia elétrica. Regimes tarifários. Práticas tarifárias. Gestão de demandas dos usuários dos serviços de energia elétrica. Estudos técnicos e pareceres sobre demandas do setor elétrico. Processos de mediação entre agentes do setor e consumidores. Monitoramento de indicadores técnicos, comerciais e econômico-financeiros. Fiscalização da prestação dos serviços de energia elétrica. Fiscalização do cumprimento de contratos de concessão e legislação. Fiscalização do plano de contas para a contabilidade regulatória. Análise das prestações de contas. Fiscalização dos procedimentos relativos a acidentes e incidentes. Gestão de PCHs e PCTs: Fiscalização da gestão e operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Termoelétricas. Fiscalização de programas de P&D e eficiência energética. Instrução de processos de penalidades. Elaboração de relatórios de desempenho. Suporte técnico a entidades do setor elétrico. Participação em treinamentos e comissões. Contato com entidades externas. Realização de fiscalizações e visitas técnicas. Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019 - Aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência. Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023 - Aprimora as regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica. Lei Estadual nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022 - Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS). Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 506 - ANALISTA DE REGULAÇÃO - ENGENHARIA QUÍMICA

Transformações Químicas: Estudo das reações químicas e seus princípios. Representação das Transformações Químicas: Interpretação e balanceamento de equações químicas. Substâncias e suas Propriedades: Classificação e propriedades físico-químicas das substâncias. Soluções e Substâncias Inorgânicas: Preparo e diluição de soluções. Reações inorgânicas e suas aplicações. Transformações Químicas e Energia: Termoquímica e estudo das trocas de energia nas reações. Cinética Química: Velocidade das reações e fatores que a influenciam. Equilíbrio Químico: Constante de equilíbrio e deslocamento de equilíbrio. Normas Técnicas e Regulamentação: Estudo e elaboração de normas técnicas. Análise de regulamentos setoriais. Indicadores Técnicos e de Segurança: Desenvolvimento e análise de indicadores de desempenho. Avaliação de critérios de segurança operacional. Regulação Econômico-Financeira. Análise de viabilidade econômico-financeira. Análise Financeira e Contratual. Análise de demonstrativos financeiros e contábeis. Fiscalização de contratos de fornecimento e prestação de serviços. Gestão de Contratos e Convênios. Elaboração de relatórios e apresentações. Relacionamento Institucional. Comunicação com entidades externas. Realização de visitas técnicas e atividades de fiscalização. Lei Federal nº 6.496/1977, e atualizações - Responsabilidade técnica. Lei Federal nº 5.194/1966, e atualizações - Regulamentação do exercício da engenharia. Lei Federal nº 14.133/2021, e atualizações - Licitação e contratação. Lei Federal nº 14.134, de 08 de abril de 2021 - Lei do gás. Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe - Decreto nº 30.352/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 546/2023.